

CARTA FINAL



7º CONGRESSO ESTADUAL

DE SECRETARIAS MUNICIPAIS
DE SAÚDE DE ALAGOAS
DE 18 A 20 DE ABRIL DE 2023
PIRANHAS-AL

**"O SUS E OS DESAFIOS
DA GESTÃO MUNICIPAL"**

TEMA:

RELATÓRIO SÍNTESE DO 7º CONGRESSO ESTADUAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE ALAGOAS. PIRANHAS – ALAGOAS

No período de 18 a 20 de abril de 2023, estiveram reunidos no 7º Congresso Estadual de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas (Cosems-AL), na cidade histórica de Piranhas, 801 participantes entre secretários e técnicos municipais de saúde e aproximadamente 300 estudantes de ensino médio de Piranhas, além de autoridades políticas, especialistas, estudiosos e militantes do SUS de todo o país.

Dentre os objetivos do evento estavam aprimorar a gestão, propor alternativas para o subfinanciamento do SUS, qualificar as equipes de saúde, debater alternativas para melhoria da governança, encontrar meios de superação dos obstáculos, com o intuito de enfrentarmos o desafio de realizar um congresso de grande porte fora da capital.

O 7º Congresso Estadual de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas, teve ainda a segunda etapa da Mostra de Experiências Exitosas “Alagoas, aqui tem SUS” e do Projeto IMUNIZASUS, com a apresentação dos trabalhos realizados nos territórios para seleção final e mais um elenco de atividades envolvendo os jovens alunos da Escola Estadual Xingo I, local que sediou o evento, nas temáticas de interesse do SUS, em um movimento de semear um futuro mais promissor, num belo movimento de intersetorialidade.

O Congresso ocorreu no sertão de Alagoas, tendo como ambientação um cenário histórico e rico em beleza natural e cultural, com clima quente, próximo do magnífico Rio São Francisco, que esconde nas águas que correm ligeira uma história de luta e de superação.

Se ouvíssemos nos gabinetes refrigerados e distantes de Piranhas, através de um filho da terra, ao declarar em seu discurso de abertura que neste canto do Brasil já houve uma seca em tempos passados que dizimou 1/3 da população, certamente não compreenderíamos a força que tem um clima hostil e apenas pisando a terra quente que arde é que temos uma melhor dimensão da realidade local.

Segue abaixo a síntese dos encaminhamentos discutidos nas mesas e minicursos do congresso, disposto por temáticas.

OS DESAFIOS DO FINANCIAMENTO DO SUS NA TUAL CONJUNTURA:

- Criar política nacional de gestão de custos, aumentando assim o financiamento Federal;
- Respeitar as pactuações e os entes federados;
- Garantir de fato uma regionalização efetivamente colaborativa com novas pactuações;
- Criar mecanismos para fortalecer a educação permanente no SUS;
- Buscar maiores investimentos para a política de Vigilância em Saúde.
- O critério de rateio precisa ser revisado anualmente, levando em consideração todos os agravos e critérios de saúde;
- É necessário desenvolver meios de divulgação para que os usuários consigam visualizar como funciona o financiamento do sistema público de saúde, seus valores e a necessidade de revisão do financiamento do SUS, a exemplo da Tabela SUS.

ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO DA REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE NO SUS:

- Organizar estratégias para que os gestores compreendam a importância dos instrumentos de planejamento (planejar e monitorar os planos municipais de saúde);
- Pensar na organização dos serviços também considerando a gestão dos processos de trabalho, através da qualificação da formação dos profissionais;
- Fortalecimento e priorização da atenção básica no processo de organização das redes de atenção.

OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE- CENÁRIO PÓS PANDEMIA:

- Dentro do quadro atual do sistema de vigilância pós – pandemia, precisamos orientar e capacitar os profissionais, não esquecendo de buscar a integração vigilância e atenção básica.
- É importantíssimo rever a territorialização dando prioridade as áreas vulneráveis e as de risco.

- Diante das articulações entre as vigilâncias devemos ter diferentes olhares para assim construirmos um conhecimento sistemático, planejamento conjunto, revisão de indicadores para monitoramento e avaliação.
- Rever desafios e perspectivas para um cenário pós-pandemia, que reflete velhos problemas, a exemplo da Vigilância laboratorial epidemiológica.
- Devemos conhecer o território para organizar as ações prioritárias, sem esquecer da necessidade de revisão do financiamento tendo em vista atender as demandas do sistema de saúde.

DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO EM SAÚDE:

- Melhorar organização da RAS a exemplo das normativas e legislação atual;
- Ampliar recursos para média e alta complexidade;
- Retomar processo de discussão de financiamento do sistema de saúde (entre as três esferas de governo);
- Revogar EC nº95.

ORÇAMENTO E APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS:

- Garantir a sustentabilidade do financiamento do SUS por meio de um Financiamento tripartite;
- Integração da secretaria de saúde com as demais secretarias (intersetorialidade);
- Ampla discussão sobre as regras para transposição e transferências dos saldos remanescentes do SUS;
- A importância do CMS no planejamento anual da gestão municipal.

PLANEJAMENTO NA GESTÃO MUNICIPAL: COMO DEFINIR PRIORIDADES:

- Planejamento deve ser realizado de acordo com a necessidade de cada município;
- Importância de realizar planejamento anual de saúde (PAS) e atualização dos demais instrumentos de gestão;
- Sincronização com as políticas intersetoriais através da legislação do SUS;
- Discutir melhorias para o DIGISUS e demais sistemas de informação, pensando em atender as necessidades dos municípios;
- Efetivação do Planejamento Regional Integrado – PRI.

CAMINHOS PARA INTEGRAÇÃO NOS TERRITÓRIOS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE:

- Rever o financiamento para APS;
- Estratificação de risco/vulnerabilidade da população para desenvolver ações para a população vulnerável;
- Oficinas sobre legislação de saúde para profissionais e gestores;
- Capacitar os profissionais através de educação continuada e permanente;
- Garantir a integração das equipes de saúde e financiamento do NASF;
- Implementação do gerente de unidades básicas de saúde dos municípios com financiamento adequado;
- Revisão do Previne Brasil - os critérios de avaliação e funcionamento do sistema de informação, a exemplo da exclusão das inconformidades.

DESAFIOS DA REGULAÇÃO PARA ASSEGURAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO:

- Organizar a oferta de ações e serviços de saúde e o fluxo de atendimento dos usuários;
- Fortalecer as ações do telessaúde;
- Criação da Ferramenta E-SUS regulação - com parâmetros de média de exames e consultas a serem agendadas;
- Criar referências regionalizadas para ampliar o acesso;
- Rever os protocolos de assistência dentro do perfil epidemiológico, direcionando para as linhas de cuidado.

OPERACIONALIZAÇÃO DO DIGISUS:

- Capacitar os membros do conselho de saúde sobre o DIGISUS e demais sistemas de informação;
- Capacitar e qualificar os gestores de saúde para desenvolver o plano anual de saúde e o plano de ações;
- Aprimorar o DIGISUS com melhor acessibilidade;
- Integração do E-SUS com os demais sistemas.

CAPTAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES:

- Distanciamento do gestor para com o relatório técnico de necessidade municipal;
- Execução de recursos não programado e ausência de planejamento;
- Necessidade de aprimoramento em atuação em saúde nas procuradorias e controladorias;
- Necessidade de aprimoramento em atuação em saúde para os profissionais de contabilidade;
- Inconsistências na contabilidade e seu reflexo na alimentação dos sistemas de planejamento/monitoramento/avaliação;
- Criação de grupo de apoio em WhatsApp – Telegram para diálogo continuado sobre a captação de emendas parlamentares: períodos, prazos, materiais de apoio, orientações;
- Planejar fórum experimental de discussão a respeito de emendas parlamentares;
- Promover minicurso de atualização em gestão de saúde para o próximo congresso tendo como público-alvo: profissionais do âmbito jurídico e contabilidade.

OS DESAFIOS EM GARANTIR O ACESSO INTEGRAL AS POPULAÇÕES INDÍGENAS COM DIÁLOGO INTERCULTURAL E VALORIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO:

- Reconhecimento da importância, eficácia e direito dos povos indígenas quanto a sua cultura e medicina
- Discutir os desafios para saúde da população indígena - vulnerabilidade epidemiológica, atenção diferenciada a saúde e influência de aspectos socioculturais no fluxo da referência no SUS;
- Caminhos – inclusão nos planos municipais de saúde, parcerias com hospitais regionais e unidades mistas, fortalecimento das ações Interfederativa, regionalização dos CEO's, LRPD e CAPS, utilização de recursos disponíveis dos municípios para a população indígena;
- Construir sistema de informação integrado ao Ministério da Saúde.

O DESAFIO DE INTEGRAR O ATENDIMENTO DA SAÚDE MENTAL NOS DIVERSOS NÍVEIS DA REDE:

- Formulação pela SESAU de uma política de acompanhamento dos pequenos municípios tendo em vista as demandas da saúde mental;
- Fortalecer as portas de entrada e fluxos na RAS;
- Fomentar o desenvolvimento de ações de saúde mental dentro do planejamento da APS.

A IMPORTANCIA DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE:

- O acompanhamento de pacientes portadores de DCNT e a importância da integração dos ACS's e ACE's na busca ativa e na atualização da condição do paciente;
- A importância da comunicação entre os profissionais para entendimento das redes de atenção à saúde, da comunicação entre os serviços, da padronização de serviço através de protocolos clínicos;
- Estratégias e desafios para a valorização dos trabalhadores;
- A importância do planejamento sistêmico, organizado, competente e objetivo;
- A importância da elaboração do Diagnóstico Situacional para reconhecimento da realidade a qual a eSF está inserida e dos principais problemas enfrentados, e a partir daí levantar a demanda da população;
- Necessidade de avanços nos processos de regionalização – avaliar suas respectivas referências e contrarreferência, identificar os serviços não cabíveis no território para evitar investimentos insustentáveis;
- A importância da vigilância em saúde, especialmente no âmbito da prevenção e promoção à saúde, tal como na atenção curativa – “não há como fazer essas ações sem a APS”;
- Desfinanciamento da APS;
- Sobrecarga das Equipes da APS;
- A importância dos políticos no processo de decisão de planejamento;
- Inconsistências nos sistemas de informação;
- Fragilidades no acesso e no atendimento das referências que implica na alta demanda para a Atenção Básica;
- Inconsistências nos Sistemas da Vigilância x Indicadores do Previn Brasil;
- Presença de Programação e Ausência de Planejamento;
- Ausência de formação em gestão em saúde nas instituições de ensino.

Por fim, ainda que não tenha sido alvo de discussão o conteúdo a ser abordado pela 17ª Conferência Nacional de saúde, ficou evidente o quão oportuno é debater sobre os obstáculos da gestão de saúde numa perspectiva de mudança para que se resolvam as atuais dificuldades.

Cabe apenas, como uma forma de melhor dimensionar a importância do 7º Congresso Estadual de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas, ressaltar que esse movimento de inquietação aconteceu no maior evento envolvendo as Secretarias Municipais de Saúde já realizado no estado de Alagoas e cada uma das participações renovou a certeza no aprimoramento do SUS e nos encheu de esperanças num futuro melhor.

Cordial abraço

Rodrigo Buarque

Presidente da Comissão Organizadora do Congresso



7º CONGRESSO ESTADUAL

DE SECRETARIAS MUNICIPAIS
DE SAÚDE DE ALAGOAS

DE 18 A 20 DE ABRIL DE 2023

PIRANHAS-AL

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!


VIVA O SUS!

